

NESTA EDIÇÃO:



06

DOSSIÉ
TÊM A PALAVRA OS JOVENS



13

FAZ FUMO



15

ONDA PERFEITA



36

GPS
NOVA ERA NO ATIVISMO



40

KUMI NAIDOO EM PORTUGAL

Imagem da capa: Manifestação do movimento Fridays For Future, em Aachen (junho, 2019)
© Petr Zewlakk Vrabc / Greenpeace



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - José Alexandre Silva,
Pedro Galinha

Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

Colaboram neste número: Adriana Costa Santos, Ana Farias Fonseca, Bernardo Conde, Filipa Mourão, Grupo de Chaves, Irene Rodrigues

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt
revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/aiportugal



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

Os jovens não são o futuro

“Os jovens são o futuro, os líderes do amanhã”. Tantas vezes ouvimos esta frase, ou partes dela. Tantas vezes olhamos para a nossa juventude com o olhar paternalista ou maternalista de vermos “tanto potencial”. Que poderão vir a fazer tanto, que poderão vir a ser quem quiserem, e a conseguir o que quiserem. Que poderão vir a mudar o mundo. Mas a verdade é que estes mesmos jovens nos têm demonstrado continuamente que isto não é a realidade.

Greta Thunberg e o movimento *Fridays For Future* conseguiram fazer o que as gerações adultas não conseguiram – uma mobilização global para a maior crise que enfrentamos em conjunto enquanto humanidade. Com mais de 2500 eventos em 117 países planeados para a Semana de Mobilização pelo Clima, este movimento está finalmente a mostrar aos governos, às empresas e a todos e todas nós que não podemos continuar na inércia e no conforto de nada fazer, de encontrar desculpas ou mesmo de “fazer o mínimo porque já é alguma coisa”. E, nas últimas décadas, nenhum outro movimento conseguiu isto, esta liderança em trazer a crise climática para a agenda dos líderes políticos, dos media, das escolas e das famílias. Obrigado a estes jovens pela perseverança e força que lhes foram necessárias para o conseguir. Mas a história não é só feita de grandes movimentos e a mudança

para um mundo melhor acontece também quando vemos exemplos de coragem extrema, como é o caso de Marta Jordão do Paço, para quem o facto de ser invisual nunca foi impedimento de procurar tornar os seus sonhos realidade, em terra e no mar. Acontece também quando um jovem insiste em não parar, nem de correr, nem de fazer com que a vida das pessoas à sua volta seja melhor, como é o caso de Hélio Fumo – empreendedor, líder associativo, atleta, estudante de psicologia que ainda consegue ser guia do maratonista paralímpico Jorge Pina. Há ainda quem finte as dificuldades e procure novas oportunidades no Futebol de Rua.

De Portugal para o mundo, deixamos um apelo: um nome por justiça. Este é o mote da Maratona de Cartas que, este ano, volta a unir-nos em torno de cinco casos a que não podemos ficar indiferentes. Todos são jovens, todos têm sonhos. Mas, se nada fizermos, o dia de amanhã pode ser um pesadelo.

Estas e outras histórias mostram-nos que os jovens não são o futuro, nem são os líderes do amanhã. Os jovens são os líderes de hoje, estão a tomar nas suas mãos a mobilização e o ativismo para um mundo melhor.

Os jovens estão a mudar o nosso mundo. Queiramos aprender com eles e com o seu exemplo.



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

OUT

7

Dia mundial da habitação

NOV

25

Dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres

29

Dia internacional das defensoras de direitos humanos

DEZ

5

Dia internacional do voluntariado

6/7

Fórum da Coragem 2019

10

Dia internacional dos direitos humanos

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia





© Amnesty International (Photo: Ahmer Khan)

Os números são expressivos: 25 mil crianças, com menos de 14 anos, não têm acesso a educação, nos campos de refugiados Rohingya, no Bangladesh. As infraestruturas onde se encontram também não oferecem condições de saneamento e o acesso a cuidados de saúde é limitado.

Entretanto, está em curso um programa de repatriamento voluntário que pode levar de volta ao Myanmar cerca de 3500 pessoas. As Nações Unidas estão a acompanhar o processo, mas vários líderes comunitários que vivem nos campos afirmaram que não foram informados sobre o regresso iminente ao país de origem.

Os Rohingya têm sido alvo de ataques do exército do Myanmar, desde 2017. A lista de abusos cometidos inclui homicídios, violações e casas queimadas. Uma investigação independente recomendou que os principais comandantes militares sejam acusados de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.





© Jimmy Lam @everydayphoto

Hong Kong voltou a estar nas bocas do mundo devido a confrontos violentos entre a polícia e manifestantes. Tudo começou em abril, quando o Conselho Legislativo se preparava para discutir e votar um polémico diploma sobre a extradição de fugitivos para a China Continental.

Desde então, multiplicaram-se as manifestações, obrigando a Chefe do Executivo, Carrie Lam, a cancelar a lei. Só que isso não chegou para calar a revolta e o receio de perda da autonomia consagrada na Lei Básica. A chama ficou ainda mais acesa quando os protestos, inicialmente pacíficos, foram reprimidos por uma força policial desproporcionada.

Entre junho e agosto, as autoridades dispararam 300 balas de borracha e 1800 rondas de gás lacrimogéneo. Mais de 600 pessoas foram detidas e 44 acusadas de participar em motim, o que pode valer uma pena de dez anos de prisão.

THE EARTH IS MELTING



TÊM A PALAVRA OS JOVENS

Os jovens são fundamentais na defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Longe de meros espectadores, devem ser os principais agentes de mudança. Ao aproveitar toda a sua energia e criatividade, acreditamos que seremos capazes de alcançar a nossa visão e os nossos objetivos estratégicos.

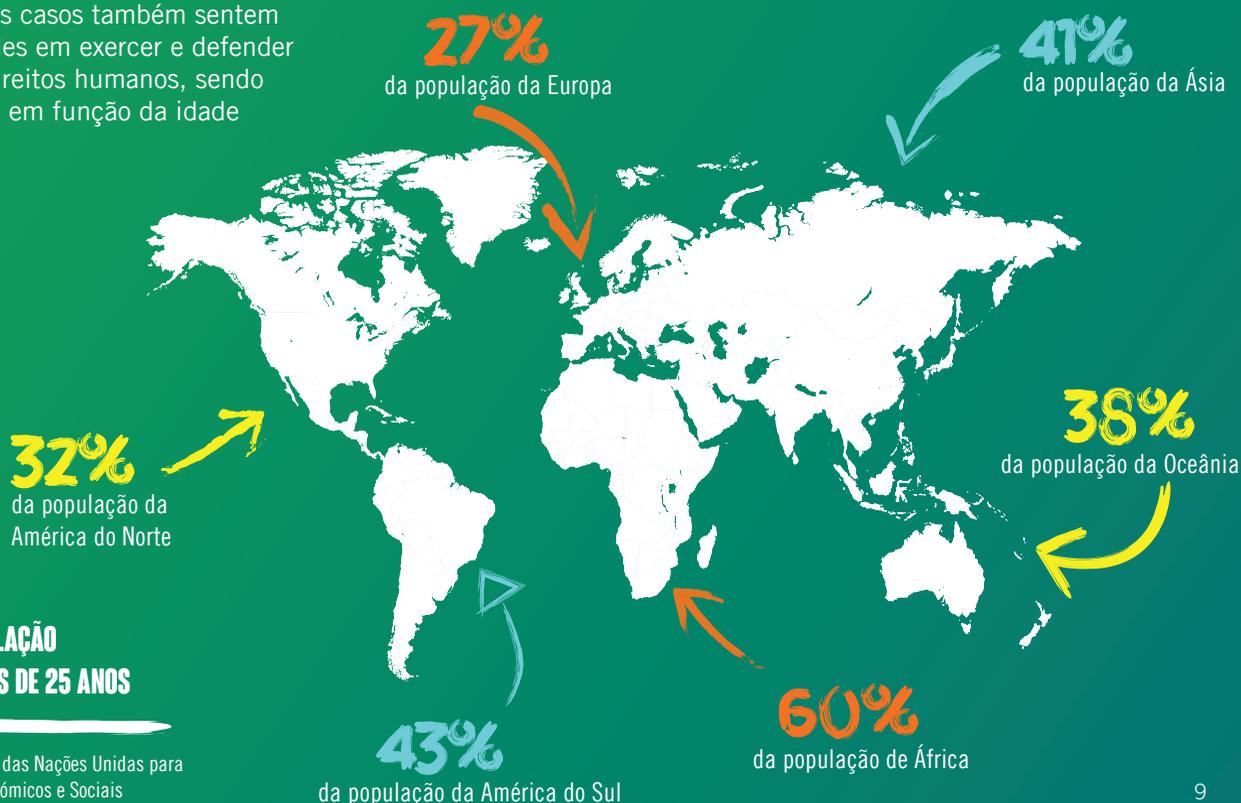
Sabemos que o caminho é longo. E que as coisas não se fazem de um dia para o outro, principalmente porque muitos dos 3,1 mil milhões de jovens, com menos de 25 anos, enfrentam obstáculos e encontram-se no fundo da hierarquia, seja económica, política e até familiar.

Em muitos casos também sentem dificuldades em exercer e defender os seus direitos humanos, sendo oprimidos em função da idade

e “empurrados” para situações limite. Não é à toa que os menores de idade são a parte principal do número total de refugiados, desde o ano de 2014.

Quem tem menos de 25 anos representa, hoje, cerca de 42 por cento da população mundial. A maioria vive em África, na América Latina e nas Caraíbas e na Ásia. Em 2015, essas três regiões abrigavam 2,8 mil milhões de jovens. Atualmente, existem 32 por cento de jovens na América do Norte; 27 por cento na Europa; 41 por cento na Ásia; 38 por cento na Oceânia; 60 por cento em África; e 43 por cento na América do Sul.

Os jovens podem ser vistos como um único e homogêneo subconjunto da sociedade, definido exclusivamente por idade. Contudo, têm múltiplas identidades moldadas por fatores como – mas não limitados a – nacionalidade, orientação sexual, identidade ou expressão de género, situação socioeconómica, religião ou enquanto grupo linguístico, entre outros. Essas múltiplas identidades podem resultar em múltiplas formas de discriminação cruzada e de opressão.



PRIORIDADES DOS JOVENS

RECUPERAR LIBERDADES

Nem sempre é fácil manter a determinação porque os jovens podem ser “rotulados” de problemáticos ou idealistas. Esta percepção negativa é uma das principais barreiras que têm de enfrentar. Como resultado, podem sentir-se incapazes de participar e ter receio de desafiar sistemas repressivos. Quem tem coragem para falar pode ser silenciado ou enfrentar opressão, incluindo intimidação, ameaças, ataques às suas comunidades, estigmatização e represálias.

Para muitos, a solução tem passado por espaços de debate online, onde se organizam e mobilizam. Em 21 países, mais de 90 por cento dos jovens entre os 15 e os 24 anos são classificados como “nativos digitais”, o que significa que têm, pelo menos, cinco anos de utilização de internet. Mas este dado esconde disparidades e diferenças porque em África a percentagem é de apenas 9,2 por cento. Na Europa, o valor alcança os 79,1 por cento.

Os obstáculos são uma realidade, mas os jovens têm conseguido encontrar formas não-violentas e criativas de se afirmarem. A Amnistia Internacional será sempre um espaço onde essas vozes podem ser ampliadas.

DIREITOS IGUAIS PARA TODOS

Os jovens, como indivíduos ou membros de um grupo, podem enfrentar múltiplas formas de discriminação, devido à orientação sexual, identidade e expressão de género, condição socioeconómica, incapacidade, nacionalidade, religião ou língua, entre outras.

Para além disso, podem ser alvo de discriminação pela idade, que é uma barreira para a utilização plena dos direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos. Um dos exemplos mais comuns é a necessidade, em alguns países, de terem de ter consentimento dos pais para aceder a serviços de saúde, o que viola as recomendações do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas, que insta os Estados a removerem estas barreiras. A ideia é que, em qualquer parte, todos os jovens tenham os mesmos direitos, sem sofrerem discriminação, formas de coação e violência.



Os jovens, incluindo crianças menores de idade, correm maiores riscos de exploração e abusos em situações de conflito e crise. Em 2014, 51 por cento dos refugiados em todo o mundo tinham menos de 18 anos, o que representa o maior número em mais de uma década. Associado a isto, estão sujeitos a múltiplas formas de discriminação e o acesso a oportunidades é mais limitado.

As situações mais extremas apresentam desafios particulares para os jovens. Em 2016, dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimavam que, em todo o mundo, 50 por cento das crianças refugiadas em idade escolar não frequentavam o ensino primário. No caso do secundário, o número chegava aos 75 por cento. Ou seja, a probabilidade de crianças e adolescentes refugiados não estudarem é cinco vezes mais elevada em comparação com quem não está nessa situação.

A campanha global da Amnistia Internacional sobre refugiados é uma oportunidade de trabalhar em conjunto com jovens e fortalecer a proteção dos seus direitos.

**GARANTIR A
RESPONSABI-
LIZAÇÃO**

Violações e abusos relacionados com a atividade económica das empresas e os sistemas de justiça são generalizados. O que pode mudar é a impunidade.

A falta de responsabilização das empresas afeta grupos de jovens marginalizados. Há casos documentados de crianças vítimas de exploração do trabalho infantil em mercados com e sem regulamentação. Um desses exemplos pode ser encontrado nas minas de cobalto da República Democrática do Congo.

Na Austrália, as crianças são responsabilizadas criminalmente com apenas dez anos, apesar de o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas assumir que os 12 são a idade mínima aceitável. Outro dado do mesmo país revela que os jovens indígenas têm 24 vezes mais hipóteses de serem detidos.

No Brasil, das 56 mil vítimas anuais de homicídio, 30 mil têm entre os 15 e os 29 anos, sendo a maioria do sexo masculino. Deste último número, 77 por cento são negros. Quanto ao desfecho destes casos na justiça, menos de oito por cento chegam a tribunal. A polícia é a principal suspeita pelas mortes.



**MAXIMIZAR
RECURSOS**

A Amnistia Internacional reconhece que necessita de mais jovens. Em 2015, apenas 15 por cento dos membros, apoiantes e ativistas tinham menos de 25 anos.

As percentagens diferem entre regiões: no Médio Oriente e Norte da África, 41 por cento; na África Subsaariana, 35 por cento; na Europa e na Ásia Central, 15 por cento; na Ásia-Pacífico, 11 por cento; e nas Américas, oito por cento.

Acreditamos que existe uma margem significativa para que a nossa base de jovens cresça, particularmente na Europa e na Ásia Central, na Ásia-Pacífico e nas Américas. O movimento estabeleceu objetivos ambiciosos e quer chegar aos mais novos de forma coerente, sistemática e sustentável.

Os jovens já não são os líderes do futuro, são os líderes de hoje. Por isso, reconhecemos que temos de lhes dar ainda mais oportunidades e poder de decisão.

INFÂNCIAS ROUBADAS

Podiam ser presidentes, escritores, empresários, desportistas, professores ou médicos. Mas a perspectiva desse futuro é-lhes roubada por estarem em situação vulnerável ou serem alvo de graves violações de direitos humanos.

SAÚDE



70,8 MILHÕES

crianças, com menos de cinco anos, morrem todos os anos por causas evitáveis

[Save The Children]



CRIANÇAS-SOLDADO

18

situações de conflito no mundo, desde 2016, com a participação de crianças

46 PAÍSES

recrutam menores de idade (<18 anos) para as forças armadas

[Child Soldiers Initiative]

MIGRAÇÕES FORÇADAS



111 MIL

crianças refugiadas desacompanhadas ou separadas das famílias, em 2018

Menores de 18 anos constituíam metade da população refugiada

[ACNUR]



EDUCAÇÃO

260 MILHÕES

crianças não frequentam a escola

[Save The Children]

DIR. SEXUAIS E REPRODUTIVOS



3,9 MILHÕES

jovens sujeitas a mutilação genital

12 MILHÕES

raparigas obrigadas a casar

[UNFPA e Amnistia Internacional]



TRABALHO INFANTIL

152 MIL

crianças vítimas de trabalho infantil



48% executam trabalhos perigosos

[Organização Internacional do Trabalho]



© Telmo Dourado

FAZ FUMO

O desporto foi o passaporte para outra vida. Hélio Fumo agarrou a oportunidade e não parou. Até hoje.

De Moçambique para o Bairro do Barruncho, do curso de pastelaria para a Psicologia, das pistas de atletismo para o *trail running*. A vida de Hélio Fumo já deu muitas voltas, mas a promessa é de não ficar por aqui. “Todos os dias, temos de tentar alguma coisa. O que não der agora, pode ser que dê daqui a dois anos”.

Hélio Fumo chegou a Portugal com 11 anos. “O meu pai foi muito altruísta, ao enviar-me para aqui. Preferiu a separação por um bem maior”, partilha.

O bem maior seria uma educação diferente, a cargo dos avós, e outras oportunidades que a terra natal não oferecia. Mesmo que isso implicasse viver num bairro degradado, em Odivelas.

No mundo novo que tinha pela frente, desafios e riscos espreitavam a cada esquina. “Se voltasse da escola, largasse a mochila e andasse pelo bairro, mais rapidamente apanharia vícios desnecessários. Por isso, os meus avós acharam que eu deveria ter uma atividade ou praticar um desporto. À boleia de um primo, acabei no atletismo”, recorda.

Hélio Fumo tinha 14 anos. Até chegar aos treinos, no clube Lusitano do Bairro dos Cágados, percorria três quilómetros. “Fui-me divertindo, como podia, até chegar o bicho competitivo. Ganhava uma medalha, queria ganhar um troféu. Depois, dois”. E nunca mais parou. Primeiro, no Odivelas Futebol Clube, depois, no JOMA. O ponto alto da carreira ficou reservado para o Benfica, onde se notabilizou nos 800 e 1500 metros.

Os estudos também tinham pernas para andar e Hélio Fumo escolheu a Psicologia, depois de ter concluído o 12.º ano através de um curso profissional de pastelaria. Hoje, consegue rentabilizar todas as experiências. Tem um negócio de bolachas – *Love in the Bag* – e dá formação na Associação Santa Teresa

de Jesus, em Lisboa. Paralelamente, é finalista de mestrado em Psicologia Social e das Organizações. Quanto às corridas, deixou as pistas e abraçou o *trail running*.

CAMALEÃO COMPETITIVO

A nova vida desportiva de Hélio Fumo começa com um acaso. Depois de deixar o Benfica, em 2014, uniu esforços com dois amigos para fundar a associação VUP4U, dedicada à inclusão de jovens pelo desporto. O projeto precisava de visibilidade e foi preciso vestir, literalmente, a camisola.

“Inscrevi-me no Urban Trail Lisboa para andar na frente, pelo menos, uns cinco minutos e mostrar o nome da associação que estava no equipamento. Fui andando, andando, até que acabei por ganhar”, conta.

Desde então, multiplica quilómetros e corre por todo o mundo. Os troféus, em Portugal, Espanha e França, valeram-lhe reconhecimento e, em 2016, tornou-se semiprofissional, já que, por cá, não há condições para os atletas se dedicarem em exclusivo à modalidade.

Apesar de ter uma rotina de treinos apertada, Hélio Fumo aceitou o convite para ser guia do maratonista paralímpico Jorge Pina. No início, pensava que “seria mais uma companhia de treino”. “Mas, no fim de contas, tem sido uma aprendizagem. Imaginem uma pessoa que não vê a fazer isto. É um super-homem e costuma dizer que ter ficado cego foi uma oportunidade para uma segunda vida. Não sei se seria capaz”.

Aos 36 anos, Hélio faz fumo por onde passa, inspira quem o rodeia e quer ter um novo balão de oxigénio com um projeto de treinos solidários e atividades para jovens, de contextos desfavorecidos, que “precisam de sair da sua zona e ter outras vivências”. “Tudo depende das oportunidades que nos são dadas”, defende.



Foto: © Sérgio Aires

7 PERGUNTAS A...

BRUNO GONÇALVES

Vice-presidente da Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas

“TEMOS DE PROVAR DUAS, TRÊS VEZES QUE SOMOS BONS”

A campanha “sou português, sou cigano, estudo e tenho futuro” da ROMA TV alerta para a alta taxa de abandono escolar entre a comunidade. O problema não está a ser revertido?

Na última década, a venda ambulante, que era a principal atividade das comunidades ciganas, começou a não ser sustentável. Daí a importância de se apostar em formação académica. Somos capazes e essa é a mensagem que queremos deixar. Os jovens de hoje terão outro futuro, comparando com as gerações anteriores. Mas é necessário que a sociedade se abra pela inclusão destas pessoas. Há bons exemplos, só que ainda não chegaram.

A Letras Nómadas apoia quantos jovens no ensino superior?

Os números que temos são do ano letivo 2018/2019. Ainda que provisórios, apontam para 30 alunos e uma taxa de sucesso [quem transita de ano] de 75 a 80 por cento. A maioria é mulher e, neste grupo específico, a taxa de sucesso ainda é mais alta. As áreas mais procuradas são educação social, animação socioeducativa e serviço social. Também temos jovens em direito, desporto, gestão e engenharia. Muitas vezes, a motivação é ajudar as comunidades no processo de integração e inclusão. No fundo, é uma responsabilidade que carregam ao se formarem: querem estar aptos para apoiar as comunidades.

O desporto promove a inclusão?

O desporto é vivido com grande efusividade, até uma certa idade. Já

assistimos a jovens a chegar à alta competição, mas são casos isolados. Isso tem que ver com o facto de terem autonomia ou casarem mais cedo. Outra razão é o abandono da escola, onde a cultura do desporto é promovida.

Que dados dispõe sobre a taxa de desemprego dos jovens?

Não tenho dados precisos, mas – em termos globais – devem ser muito, muito altos. Posso dar o caso da Figueira da Foz: 90 ou 95 por cento das pessoas estão desempregadas. Claro que, entre estas, há quem trabalhe ilegalmente. Temos jovens que trabalham, mas são muito poucos. Não quero entrar no discurso do coitadinho, mas a realidade é que para os ciganos é muito difícil chegar ao mercado laboral privado. Temos de provar duas, três vezes que somos bons.

Os próximos Censos devem recolher dados étnico-raciais?

A associação de que sou dirigente é contra. Mas eu, o cidadão Bruno Gonçalves, tenho uma posição diferente. Sou a favor, se assegurarmos que a proteção dos dados é viável. As pessoas foram mal informadas sobre esta questão e têm medo porque se levantam velhos fantasmas. Estamos a viver tempos conturbados. Mas temos de ter dados para fazer alguma reparação, para intervir de forma mais eficaz e não optarmos por coisas generalistas. A inclusão faz-se a nível de políticas que, quando aplicadas, fazem a diferença. Por exemplo, a

nível de habitação não se podem criar guetos. Não só para os ciganos, mas também para os mais pobres.

Qual é a mais-valia do programa de integração ROMED, presente em sete municípios?

O programa tem a capacidade de manter grupos ativos que representam algumas comunidades, permitindo-nos ter mais dados sobre a sua situação social. Os formadores trabalham com facilitadores locais. O objetivo é estimular o diálogo e a participação através de propostas ou atividades para melhorar a vida de todos. Também serve para apaziguar as águas com as entidades locais e promover os direitos das comunidades e a representação política. Não faz milagres, mas aproxima muitas pessoas. Cerca de 40 por cento dos participantes do programa Opré Chavalé [integração das comunidades ciganas no ensino superior] vieram destes grupos comunitários.

A Academia de Política das Comunidades Ciganas está a conseguir promover a cidadania entre os mais jovens?

Foi iniciada com o programa ROMED para capacitar as comunidades para as questões políticas. Temos tido vários jovens ciganos a aderir a movimentos e partidos. Em breve, teremos ciganos em lugares elegíveis para chegar às autarquias, à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu.

ONDA PERFEITA

“No mar, sinto-me feliz, livre e os meus sonhos tornam-se reais. O mar não tem obstáculos, é justo e sinto-me igual aos outros.”



Quando a vida não é justa, por qualquer motivo, temos sempre duas possibilidades no nosso caminho: desistir ou lutar contra a adversidade. Quem opta por ser resiliente, por norma, tem sempre uma recompensa, mesmo que demore a vir ou venha de forma inesperada. Mas uma coisa é certa, o seu exemplo perdura.

Esta é a história de vida da Marta Jordão do Paço. E é um exemplo.

“A Marta é cega de nascença – portadora de Amaurose Congénita de Leber – e, desde sempre, mostrou que, apesar das suas limitações, não se iria deixar vencer pela apatia, com a justificação de não fazer porque ‘sou cega’”, explica a mãe da jovem, Dulce Jordão.

Cedo começou a andar de cavalo e a praticar natação. Aos três anos, já pedia emprestados os patins da irmã e, depois, a bicicleta passou a ser a nova parceira.

Com dez anos, descobriu o skate e a história que queremos mesmo contar começa aí. “A Marta começou a praticar desporto de competição por casualidade. Eu tinha um café, perto do Surf Clube de Viana, onde todos os

dias paravam os instrutores. Nas férias do Carnaval de 2017, a Marta, então com 12 anos, foi vista a andar de skate com muita destreza. Na altura, ainda puseram em questão se ela era mesmo cega. Quando perceberam que era mesmo, desafiaram-na a experimentar uma aula de surf”.

O desafio foi lançado e Marta Jordão do Paço não se fez rogada. A frase que começa este texto é dela e diz tudo o que pensa. A paz e o estado de espírito. A equidade. Os resultados, ao final de dois anos, são evidentes, mas as dificuldades existem a cada dia. Dulce Jordão dá o testemunho: “As dificuldades existem sempre, apesar de a Marta adorar estar no mar, não ter medo e ter bom equilíbrio. O maior desafio era mesmo como explicar ou comunicar qual o momento certo de entrar na onda. Esse desafio ainda é, hoje, muito estudado e ajustado, entre ela e o seu treinador, porque a Marta não vê, não percebe como funcionam as ondas, visto que não são sempre iguais. Mas desistir é palavra que não entra no seu dicionário”.

Sabendo que já é considerada como uma referência para os jovens da sua idade, pelo exemplo de perseverança,

Marta Jordão do Paço não perde o foco. É uma aluna de excelência em todas as disciplinas, fazendo sempre parte do quadro de mérito da escola, e quer seguir o ensino superior – mesmo que não possa ser em Medicina – na área das ciências.

Questionada sobre qual é o segredo para ultrapassar todas as dificuldades, Marta Jordão do Paço, do alto da sua tenra idade, não tem meias palavras: “Não tenham medo de sair de casa e de experimentar seja qual for a modalidade. O desporto adaptado está aí para nos ajudar a superar os nossos medos e, claro, há que treinar muito, trabalhar e dar o nosso melhor”.

- **Medalha de prata** no ISA World Adaptative Surfing Championship (2018)

- **Campeã da Europa** na classe ASVI Ladies e **medalha de bronze** na categoria ASVI Open (2019)

- **Campeã** na categoria AS6 Feminino no 1.º Campeonato Internacional de Surf Adaptado do País Basco (2019)





QUANDO A OPORTUNIDADE VALE MAIS DO QUE UM GOLO

Todos os anos, um grupo de jovens vive o sonho de representar Portugal no Mundial de Futebol de Rua. Um grupo de jovens que, em algum momento das suas vidas, cresceu em bairros sociais ou problemáticos. Esse fator, tantas vezes prejudicial nas oportunidades, é neste caso decisivo e fundamental.

A porta do Futebol de Rua abre-se através de um projeto promovido pela Associação CAIS. A cada ano, envolve mais de 1500 participantes e 300 técnicos desportivos, assistentes sociais e animadores. Uma centena de voluntários apoiam a iniciativa responsável pela organização de um conjunto de treinos desportivos, torneios regionais e workshops.

Ao longo de todas as etapas, o selecionador da equipa nacional de Futebol de Rua, Bruno Seco, observa e escolhe os oito atletas que, depois, vão representar a camisola das quinas. Nenhum pode repetir a presença, pois, só assim, se dá a oportunidade a todos de participarem.

Em agosto deste ano, em Cardiff (País de Gales), Portugal ficou no quarto lugar. Para trás, ficou um percurso incólume, onde só foi derrotado nos penaltis, tanto

na meia-final como no jogo de atribuição do terceiro e quarto lugares.

Para Bruno Seco, o objetivo desportivo “não foi cumprido” porque Portugal, como sempre, “joga para ganhar”. “Estivemos bem em quase todos os momentos do torneio, mas por culpa própria deixámos escapar a ida à final, porque não soubemos gerir a vantagem conseguida. Foi pena, mas para o ano voltaremos mais fortes, estou seguro”.

No entanto, para o responsável, participar neste evento vai muito além do resultado conseguido dentro das quatro linhas: “Demos a oportunidade de terem uma experiência única, de serem recebidos pelo presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e de treinarem em condições propiciadas pela Fundação Benfica. Só por isso valeu a pena”.

Futebol pela inclusão

A vantagem do futebol, e de qualquer outro desporto de forma geral, é que quando o jogo começa todos são iguais dentro do campo. Não há classes, não há credos. Há equidade. Há equipas. E é por isso que o Futebol de Rua existe. Para Gonçalo Santos, coordenador do projeto na Associação CAIS, tudo passa “pela inclusão no desporto e pelo desporto”.

Ao longo dos anos – o projeto existe desde 2004 –, o sucesso tem sido evidente. E muito mais abrangente do que apenas nas oportunidades que o desporto traz. Na vida pessoal, social e profissional. Os dados não mentem: “Mais de 80 por cento dos participantes, a nível local e nacional, garantem que desenvolveram as suas competências pessoais e sociais, após participação nas atividades educativas do projeto, e 75 por cento dos participantes nas provas internacionais reintegram o ensino ou (re)integram o mercado de trabalho. Hoje, temos também perto de meia centena de antigos participantes que assumiram novas funções, como árbitros, treinadores e selecionadores distritais, contribuindo assim para o crescimento da iniciativa nas suas comunidades”, explica.

Bebé, a ponta da pirâmide

Naturalmente que, em todos estes anos, o projeto conseguiu fazer com que jovens que tinham desistido de jogar tenham regressado à prática desportiva, envolvendo-se, de novo, num clube, numa forma de vida mais saudável. E que outros tenham tido nesta janela de oportunidade convites para reforçarem quadros de clubes mais fortes do que aqueles onde estavam. Mas nenhum deles trouxe mais impacto ao projeto do que o jovem Tiago Correia, mais conhecido no futebol por Bebé.

O jogador que teve, em 2010/2011, um início de época tão fulgurante no Vitória de Guimarães, que colocou meio mundo do futebol com a cabeça



à roda, conseguiu uma transferência surpreendente para o Manchester United, na altura orientado por Alex Ferguson. De lá para cá, o jovem – que fez praticamente toda a sua formação no Loures e no Estrela da Amadora – já passou por muitos clubes e está, atualmente, em Espanha, a jogar no Rayo Vallecano.

Mas há muito mais exemplos, como o de Ricardo Miranda, que ingressou no Portimonense Futsal em 2018/2019, ou Fabian Pacheco, que assinou pelo Farense Futsal na mesma época, o que confere ao projeto mais uma vantagem que não contava.

Oportunidade única

A participação neste projeto levou, este ano, a que os oito jovens fossem até Cardiff. Mas outros tiveram a hipótese de viajar até ao México, ao Brasil, ao Chile e a muitos outros países que de outra forma não teriam possibilidade. Essa é outra vantagem do projeto, refere Gonçalo Santos.

“Pese embora os principais objetivos sejam a promoção do acesso à prática desportiva regular e a utilização da mesma para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, o acesso a atividades culturais,

recreativas e educativas são uma prioridade para o projeto Futebol de Rua e para a Associação CAIS, pois acreditamos que conferem riqueza à experiência que os jovens têm na sua participação. Uma mais-valia é a possibilidade

de interagirem com outros jovens de todo o território nacional – para os que participam apenas nas atividades nacionais – ou de diversos países – para aqueles que participam em eventos internacionais –, permitindo o acesso a novas culturas e uma verdadeira experiência intercultural que dá uma nova visão da sua realidade, do seu país e do mundo aos participantes”.

“DEMOS A OPORTUNIDADE DE TEREM UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA, DE SEREM RECEBIDOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE TREINAREM EM CONDIÇÕES PROPICIADAS PELA FUNDAÇÃO BENFICA.”



Lente humana

Bernardo Conde é um fotógrafo apaixonado por viagens e pessoas. Islândia, Laos, Camboja, Tailândia, Quênia, Marrocos, Itália, França e a vizinha Espanha são alguns dos países onde já esteve, mas a lista não fica por aqui.

Atualmente, dedica-se às viagens de descoberta cultural e aventura, de forma profissional, e organiza o *National Geographic Exodus Aveiro Fest*, um festival único de fotografia e vídeo em Portugal.

“A fotografia levou-me às viagens. As viagens levaram-me às pessoas, à partilha de sorrisos, às dores de alma quando te sentes impotente para mudar o mundo. Partilho o meu fotografar com pessoas que nunca antes tinham sido fotografadas, e essas imagens são o sorriso, prenda e alegria muitas vezes. Hoje em dia, vivo o fotografar assim. Fotografar é partilhar e tudo faz mais sentido”, conta.

Na seleção de imagens que escolheu para a AGIR, Bernardo Conde leva-nos até à vida de crianças e jovens na Mongólia e em Madagáscar. Sem reservas, embarque nesta viagem por um mundo tão próximo, mas também tão distante do nosso.



Ao longo da linha entre Fianarantsoa e Manakara, em Madagascar, há crianças que faltam à escola para vender aquilo que podem aos passageiros dos comboios que, todas as semanas, só passam em duas ocasiões.

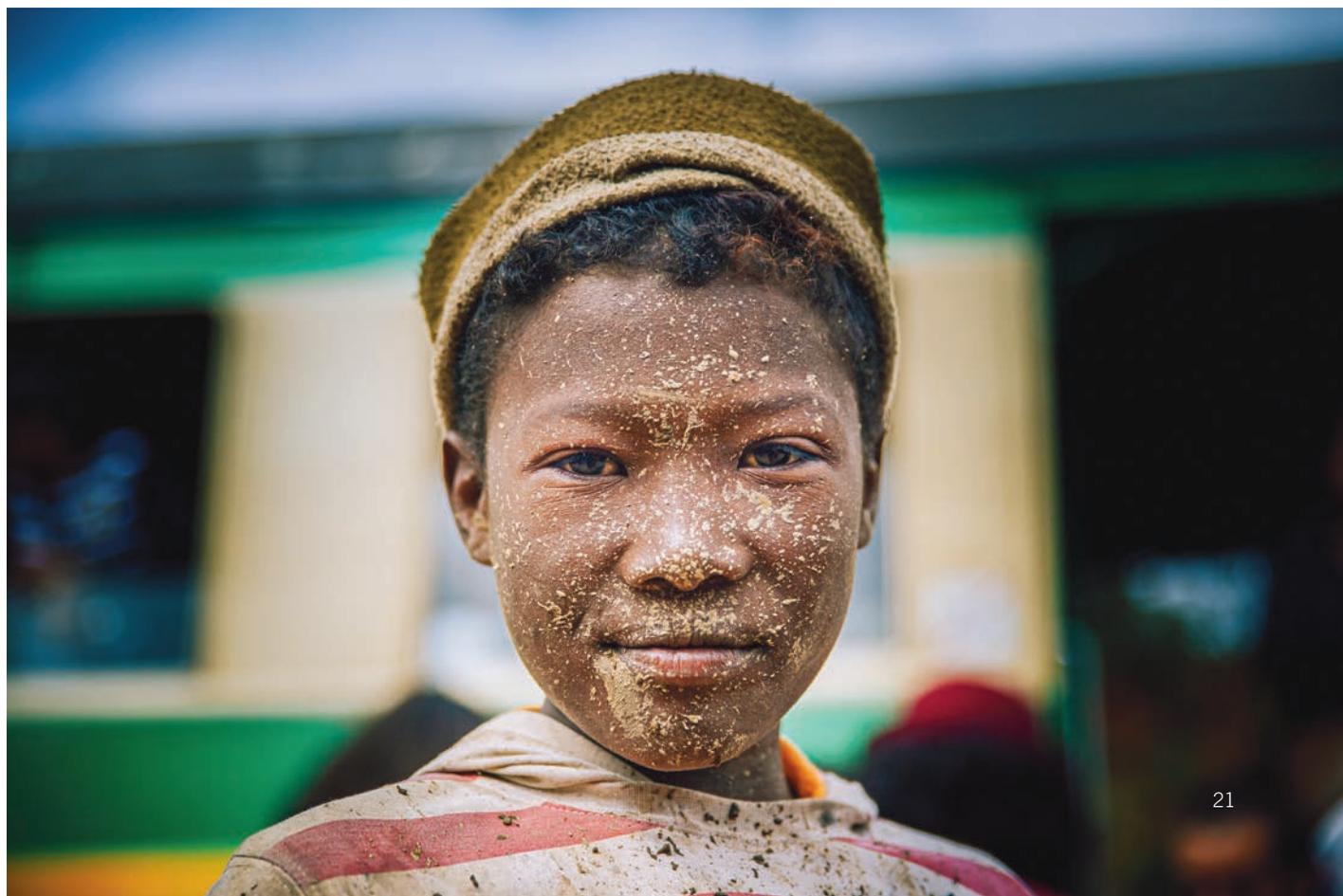


A caminho do deserto de Gobi, na Mongólia, quem se deslocava a cavalo ou com carroças movidas a iaques usa, agora, pequenas carrinhas. As crianças aproveitam a oportunidade para ir até à cidade.



Em Begidro, em Madagáscar, as escolas não têm capacidade para todas as crianças que, aqui e ali, vão deambulando pela aldeia.

Em Madagáscar, há aldeias isoladas e muita pobreza. Em campos barrentos de arroz, jovens têm como tarefa fazer tijolos.



Não é fácil ser albino, em alguns países africanos. Mesmo entre as crianças, a perseguição é uma realidade.



O nomadismo na Mongólia obriga a que, pelo menos duas vezes por ano, se desmonte e monte o acampamento em novos locais. Toda a família colabora no processo.



No meio do deserto de Gobi, na Mongólia, os irreverentes netos do anfitrião Holzi brincam com um dos poucos brinquedos, a bicicleta.



Cláudia pertence à etnia Zafimaniry. Curiosa e interveniente, vive na aldeia montanhosa de Sakaivo, em Madagáscar, onde só se chega a pé.





UM NOME

POR JUSTIÇA

A Maratona de Cartas é o maior evento de ativismo da Amnistia Internacional. Com esta iniciativa, sensibilizamos todo o mundo para um conjunto de casos selecionados. As nossas assinaturas têm mais poder do que imaginamos.

No último trimestre de cada ano, ativistas das mais diversas geografias escrevem, assinam e enviam centenas de milhares de cartas, petições e e-mails, apelando a que seja feita justiça por todas as pessoas cujos direitos humanos estão sob ataque. E, todos os anos, uma mudança positiva e um impacto real acontecem devido a essas ações: pessoas injustamente presas foram libertadas, torturadores enfrentaram a justiça, houve melhoria das condições de quem estava detido, mudaram-se leis, entre tantas outras possibilidades.

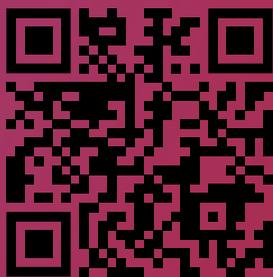
Em 2018/19, conseguimos enviar 348.824 assinaturas de Portugal!

Nesta edição, apresentamos mais cinco casos para os quais precisamos da sua ajuda. Todos têm algo em comum: são jovens em risco.

Toda a informação e os materiais da Maratona de Cartas estarão disponíveis a partir do dia 1 de novembro na nossa página www.amnistia.pt/euassino

VISITE:

www.amnistia.pt/euassino



YASAMAN ARYANI

IRÃO

Yasaman Aryani e a mãe foram condenadas a 16 anos de prisão no último dia de julho. Ambas foram acusadas de “reunir e conspirar para cometer crimes contra a segurança nacional”, “espalhar propaganda contra o sistema” e “incitar e facilitar a corrupção e a prostituição”.

O caso remonta a 8 de março. No Dia Internacional da Mulher, a jovem de 24 anos foi filmada a distribuir flores numa carruagem exclusivamente feminina do metro de Teerão, sem véu na cabeça. No vídeo, vemos apenas Yasaman Aryani a dizer que espera que, um dia, todas as mulheres possam ter liberdade de escolha: “Eu sem o *hijab*, vocês com o *hijab*”.

O que Yasaman, a sua mãe Monireh Arabshahi e outros iranianos contestam é a lei que impõe o uso do véu a todas as mulheres. Quem ousa desafiar a norma é tratado como criminoso pelo Estado e pode ser acusado e condenado a uma pena de prisão, chicoteamento ou multa.

No entanto, só em abril a situação degenerou, quando Yasaman promoveu a peça “Actor’s Studio” no twitter, na qual iria desempenhar um papel. Acabou por ser afastada por pressão estatal e detida.

Segundo informações recolhidas mais tarde, esteve nove dias em prisão solitária no centro de Vozara. Durante esse período, terá sido submetida a intensas sessões de interrogatório, onde a pressionaram a confessar que a “oposição” do exterior “incentivou” o seu ativismo pelos direitos humanos e a garantir que estava “arrependida”.

A mãe de Yasaman, Monireh Arabshahi, foi detida com as mesmas acusações, depois de pedir informações sobre o paradeiro da filha, até então desconhecido.

O QUE QUEREMOS:

- O fim da perseguição a todas as pessoas que defendem os direitos das mulheres no Irão. As leis que ditam o uso forçado do véu violam toda uma série de direitos, incluindo os direitos à igualdade, privacidade e liberdade de expressão e crença.
- A libertação incondicional de Yasaman Aryani e da sua mãe Monireh Arabshahi
- Que enquanto aguardam a libertação, ambas devem ser transferidas para a prisão de Evin, em Teerão, onde estão as mulheres com acusações de crimes não-violentos

A QUEM DIRIGIMOS:

Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,
Ebrahim Raisi



SARAH MARDINI E SEÁN BINDER

GRÉCIA

Sarah e Seán são ativistas e socorristas. Ela, com 24 anos, é uma jovem nascida na Síria e que estuda e reside na Alemanha. Ele, com 25 anos, nasceu na Alemanha, mas mora na Irlanda desde os cinco. Ela estuda Arte e Ciência Política. Ele formou-se em Relações Internacionais. Ela deixou Damasco com a sua irmã Yusra, no dia 12 de agosto de 2015, chegou a Izmir (Turquia) e atravessou o mar Egeu até à Grécia. Ele é filho de um refugiado do Vietname e a mãe promove projetos de integração de recém-chegados à Irlanda por meio de dança, arte e alimentação sustentável.

O que os une, principalmente, é acreditarem que todas as pessoas têm direito à oportunidade de serem felizes e de viverem em segurança, em paz e com quem amam. A forma como se dedicam a essa causa é voluntariando-se como socorristas, especializados como são, localizando e resgatando barcos em perigo ao largo de Lesbos e prestando os primeiros socorros.

Só que essa dedicação teve um preço muito alto. A 17 de fevereiro de 2018, ambos foram abordados pela polícia grega enquanto patrulhavam a ilha como parte das suas atividades com uma ONG de resgate. Estiveram detidos durante 48 horas para interrogatório e a investigação iniciada terminou em julho do mesmo ano.

A 21 de agosto, Sarah foi presa no aeroporto de Mitilene, Lesbos, quando se preparava para

embarcar para a Alemanha para continuar os seus estudos. Passou mais de uma semana no posto da polícia de Mitilene e, depois, foi transferida para a prisão de segurança máxima de Korydallos, em Atenas. Seán foi preso quando se deslocou à esquadra de Lesbos para solicitar informações sobre a prisão de Sarah. Foi transferido para uma prisão na ilha grega de Chios, onde permaneceu em regime de preventiva até dezembro de 2018, altura em que o tribunal de Lesbos permitiu a libertação de ambos sob fiança.

O caso ainda está sob investigação e quando for encerrado, um órgão judicial grego terá de decidir se deve acusá-los e julgá-los.

O QUE QUEREMOS:

- Que as autoridades gregas abandonem as acusações

- Que as autoridades gregas façam uma declaração pública reconhecendo a legitimidade da ação humanitária e das atividades realizadas por pessoas em nome da defesa dos direitos dos refugiados e dos migrantes

- Que Sarah e Seán se sintam apoiados durante todo o processo judicial, à medida que mais pessoas se mobilizam na Grécia e na Europa contra esta acusação absurda

A QUEM PEDIMOS:

Ministro da Proteção do Cidadão, Michalis Chrisochoidis

Vice-Ministro responsável pela Política de Migração, Giorgos Koumoutsakos

© Fahrinisa Campana/PRI's The World



MARINEL UBALDO

FILIPINAS

Marinel Ubaldo é uma jovem sobrevivente, agora com 22 anos, do super tufão Haiyan / Yolanda, que devastou a região de Visayas Oriental, nas Filipinas, no dia 8 de novembro de 2013. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a intempérie afetou 16 milhões de pessoas, provocando 6300 mortos e mais de 28 mil feridos.

A tempestade destruiu a casa onde Marinel vivia e levou tudo o que tinha, mas a determinação que demonstrou fez com que seguisse em frente. A vulnerabilidade provocada por toda a situação passou a significar resistência, especialmente contra as empresas de combustíveis fósseis que contribuem, em larga escala, para a crise climática. Desde então, quer que os grandes poluidores ouçam o que tem para dizer.

Marinel tornou-se numa jovem ativista que trabalha para aumentar a consciencialização entre os seus pares e outras comunidades sobre os riscos das mudanças climáticas. Depois de terminar os estudos superiores em Serviço Social, como bolsista da *Plan International Germany*, estagiou no Escritório Municipal de Bem-Estar Social e Desenvolvimento de Basey, em Samar (outra cidade afetada pelo super tufão de 2013). Nesse período, conduziu seminários sobre questões ambientais e justiça climática para estudantes e comunidades.

Em 2018, num evento público que decorreu na Semana do Clima de Nova Iorque, Marinel foi aplaudida de pé depois de contar a sua história de sobrevivência: “Estou aqui, à vossa frente, não apenas como uma estatística que vemos nas notícias, mas como um ser humano. Precisamos de valorizar a vida. A minha história é apenas uma entre muitas, mas quero falar-vos em nome das comunidades vulneráveis e marginalizadas. As nossas vozes devem ser ouvidas”.

QUAL O PROBLEMA?

Em outubro de 2018, sensivelmente cinco anos após o super tufão atingir o país, o governo filipino só tinha construído cerca de 100 mil casas, ou seja, menos de metade da meta estabelecida em 205 mil. Dos projetos concluídos, apenas 46 mil foram entregues a quem ficou sem nada.

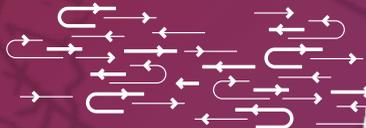
Em Cebu, outra província atingida, dos mais de cinco mil fogos habitacionais construídos, apenas 700 foram ocupados, até maio de 2019. No final do ano passado, vários relatórios revelaram que essas casas eram precárias, principalmente por causa da baixa qualidade dos materiais usados.

O QUE QUEREMOS:

- Que os moradores de Matarinao, na província de Samar Oriental, e das áreas mais vulneráveis do país – que continuam a viver em localizações perigosas ao longo da costa e / ou foram severamente prejudicados pelo super tufão Haiyan / Yolanda em 2013 – passem a ter acesso a água, eletricidade, segurança, habitação adequada e oportunidades de subsistência

A QUEM PEDIMOS:

Presidente Rodrigo Duterte



MAGAI MATIOY NGONG

SUDÃO DO SUL

Magai Matioy Ngong está no corredor da morte no Sudão do Sul, tendo sido condenado a enforcamento com apenas 15 anos.

Tudo resultou de um lamentável acidente. O calendário marcava 5 de maio de 2017. Houve uma discussão entre um primo de Magai e um vizinho que, no dia seguinte, entrou na casa onde viviam e envolveu-se numa discussão com o jovem.

O vizinho puxou de uma arma e Magai fez o mesmo. Nesse instante, o primo tentou evitar a discussão entre os dois. Magai disparou para o chão, como forma de aviso. Mas a bala fez ricochete, tendo ferido gravemente o primo. Pouco tempo depois, este morreu, no hospital.

Nesse mesmo mês de maio, Magai foi transferido de um quartel militar para a prisão do condado de Nimule, onde se encontrava quando, em novembro, foi condenado à morte, sem a presença de qualquer advogado de defesa. Com a mudança para a prisão estatal de Torit, o jovem, agora com 17 anos, passou a ter contacto com as Nações Unidas, que facilitaram o acesso a um advogado. No dia 27 de dezembro, foi interposto um recurso.

Já em setembro de 2018, Magai foi transferido da prisão estatal de Torit para a prisão central de Juba, onde aguarda a decisão do recurso.

A QUESTÃO LEGAL

Menores de 18 anos, no momento da prática de um crime, não podem ser condenados à morte, muito menos executados, independentemente da idade que têm quando é feito o julgamento ou anunciada a sentença. Nestes casos, a aplicação da pena capital é estritamente

proibida pela Secção 21 (2) da Constituição de Transição da República do Sudão do Sul de 2011 e pelas leis internacionais de direitos humanos (Artigo 37 da Convenção sobre os Direitos da Criança, do qual o Sudão do Sul faz parte).

O QUE QUEREMOS:

- Comutação da pena de morte

A QUEM PEDIMOS:

Presidente do Sudão do Sul



JOSÉ ADRIÁN

MÉXICO

José Adrián era, em fevereiro de 2016, um jovem de 14 anos que ia da escola para casa quando se deparou com um confronto entre a polícia e um grupo de jovens que tinha vandalizado um carro patrulha.

Por estar no sítio errado, à hora errada, as forças de segurança cercaram José Adrián, prenderam-no e espancaram-no. Já dentro de uma viatura foi agredido na zona da cabeça. A acusação policial, no relatório, diz que o jovem foi preso por “vandalismo e danos a um veículo policial”.

Ao que tudo indica, as coisas pioraram quando José Adrián foi levado para a esquadra: “Penduraram-me pelo pescoço e deixaram-me lá cerca de meia hora. Outros agentes chegaram e bateram-me, no peito e na cara”, denuncia.

A polícia pressionou o jovem, que se considera inocente, a assumir a culpa pelos danos no carro-patrulha, acusando-o também de ter haxixe na mochila, algo que nunca ficou provado. No entanto, os pais de José Adrián chegaram a um acordo com as autoridades para pagar 3200 pesos (aproximadamente 160 euros na época) para cobrir os estragos e uma multa, em prestações, pois o valor estava muito acima das suas possibilidades. No dia em que assinaram o acordo, o filho foi libertado.

A família de José Adrián apresentou uma queixa na Comissão de Direitos Humanos do Estado de Yucatan com o apoio da Indignación. Desde então, a Amnistia Internacional trabalha com esta ONG local para obter justiça e uma compensação.

UM CASO PARTICULAR

Quando José Adrian frequentou o ensino pré-escolar, os professores identificaram uma “necessidade educacional especial” ao nível da “aprendizagem e fala”. Sem dados mais específicos, nunca chegou a ser diagnosticado com precisão. O jovem, agora com 18 anos,

tem algumas dificuldades em entender as pessoas e pode ter um problema de audição. Neste momento, continua a precisar, urgentemente, de um diagnóstico correto e do devido tratamento.

O QUE QUEREMOS:

- Reparação integral a José Adrián e à sua família por parte de todos os envolvidos
- Melhorias nas forças policiais de Yucatán
- Um pedido formal de desculpas do Estado

A QUEM PEDIMOS:

Governador de Yucatán,
Mauricio Vila Dosa



Sister's House

Bruxelas, centro político da Europa. Na *Sister's House*, não há dois domingos iguais. Dado o aviso de chuva torrencial, é dia de alojamento em contínuo neste projeto que é a minha paixão, a cereja no topo do bolo da solidariedade cidadã: a abertura de uma casa para acolher mulheres refugiadas. Sonhei com isso durante meses, até que conseguimos fazer do sonho realidade.

É uma da tarde, as roupas giram na máquina de lavar, pequenos grupos de mulheres tomam calmamente o pequeno-almoço, os duches são mais prolongados que noutros dias e todas as tranças se desfazem para criar novos penteados. Véronique, uma voluntária belga de 60 anos, está a tricotar uma coberta em lã amarela para o bebé da sua filha, eu faço de conta que avanço umas linhas nos meus estudos, o cheiro reconfortante do café invade a sala.

A *Sister's House* é um projeto de acolhimento para refugiadas sem-abrigo, posto em prática por voluntárias da Plataforma Cidadã de Apoio aos Refugiados. Dois pequenos apartamentos, disponibilizados pelo município, onde, graças a beliches, a mais de 35 voluntárias, aos donativos dos cidadãos para as compras, à recolha de alimentos não-vendidos nas lojas e restaurantes do bairro, e a toneladas de boa vontade acolhemos todas as noites 26 raparigas que só aqui encontram abrigo da violência das nossas ruas e das nossas leis.

São duas da tarde e ouve-se este poc-poc-poc contra a tampa do tacho que me recorda os domingos de chuva em Lisboa, frente à televisão. A cerimónia do café, uma tradição da Eritreia,



ADRIANA COSTA SANTOS

Copresidente da Plataforma Cidadã de Apoio aos Refugiados e vencedora do Prémio Direitos Humanos da Amnistia Internacional Bélgica (secção francófona)

“Há cidadãos que respondem à repressão e à violência do Estado com portas abertas e solidariedade.”

em que as mulheres se reúnem para discutir “questões importantes da vida”, explica-me Ayat, “não pode fazer-se sem pipocas”.

Normalmente, ando atrás delas para proibir que se coma nos quartos. Hoje, levo um prato de arroz branco à cama de Frehiwot, para ver se a convenço a comer. Está doente,

ou apenas cansada, “that's life”, é a vida, diz-me ela, ela que tem a mesma idade que eu, 25 anos, e já teve de deixar um filho de três para tentar aqui na Europa a sorte de um dia lhe proporcionar uma vida melhor.

São agora seis da tarde e para rematar o domingo temos a linda ideia de fritar peixe numa casa com 65 m². Frehiwot, Fre, ri-se na sua cama. Felizmente sente-se melhor. Não queria estar no lugar dela, agoniada e com o cheiro a peixe debaixo do nariz. Não queria estar no lugar dela? Que frase tão absurda.

Desde que deixou a Eritreia, Frehiwot teve de atravessar a pé dois países, esteve presa pelas milícias líbias, foi torturada e violada, os guardas filmaram a violação e enviaram o vídeo à sua família a pedir resgate. Fre conseguiu fugir da prisão, sobreviveu à travessia do Mediterrâneo e chegou à Bélgica, onde se viu sem-abrigo, acordada ao pontapé, agredida e detida pelos polícias belgas, enfiada num centro de detenção durante meses. Felizmente, na Bélgica, há cidadãos que respondem à repressão e à violência do Estado com portas abertas e solidariedade. Não, claro que não queria estar no lugar dela. E sobretudo não conseguiria viver numa cidade onde tudo isso se passa e ninguém faz nada contra. Felizmente, na Bélgica, há cidadãs voluntárias que se mobilizam como eu, que sou portuguesa, mas vivo aqui, para tornar a *Sister's House* uma realidade, um sopro de esperança e de humanidade em tempos sombrios da política do medo e da intolerância.

Cidadania ativa

Vivemos no tempo da realidade aumentada. Não escrevo sobre a nova tecnologia que está já em dispositivos móveis modernos, mas de outra, que está dentro das nossas cabeças: tudo é aumentado, exagerado ou, por outro lado, relativizado, escondido, ignorado.

Não é raro ouvirmos conferências e lermos textos que vendem uma ideia que é completamente inovadora e fantástica, que nunca foi realizada antes e que vai mudar o mundo na manhã em que for implementada – e sem persistência porque à tarde há já outra coisa que ver ou fazer.

Hoje, todos buscam atenção mediática, tudo é um verdadeiro escândalo ou ultraje e a indignação é tão forte quanto fugaz. As carpideiras da antiguidade clássica encontram, agora, terreno fácil de trabalho nas redes sociais e em artigos de opinião tão comuns neste tempo de dificuldades para a imprensa que favorece – para o bem e para o mal – o texto opinativo.

A acrescentar ao ramalhete, as mentiras em forma de notícia e o nosso modo de leitura cada vez mais rápido e cada vez mais à superfície dificultam-nos um entendimento profundo sobre as coisas, sobre a História, sobre os acontecimentos.

A sociedade dá atenção a muitas coisas, mas nem sempre a atenção devida a cada coisa. É como se andássemos a nadar no mar e o fizéssemos rapidíssimo, percorrendo enormes distâncias e assuntos à superfície, mas nunca mergulhássemos ou aprofundássemos nada, como se já não precisássemos



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

***“É preciso ver
atentamente e
compreender a verdade
do mundo e aquilo que se
passa de facto nele.”***

de analisar as questões a fundo para as compreendermos a sério.

Neste mundo, precisamos mais do que nunca de cidadania ativa, de recuperar o ativismo para a cidadania quotidiana e, nessa missão, de fazermos escolhas conscientes suportadas no conhecimento e não na emoção rápida dos alicerces muito frágeis da ignorância.

É preciso tempo, é preciso ler, é preciso ver atentamente e

compreender a verdade do mundo e aquilo que se passa de facto nele. A partir daí, destrinchados do ruído e com a certeza dos factos, é preciso AGIR.

Há muito que podemos fazer: desde assinar petições, até à desobediência civil – a que um cidadão honesto se pode ver obrigado perante um governo injusto¹; desde a nos manifestarmos na rua, até ao boicote de consumo de produtos manufaturados por empresas desrespeitadoras de direitos humanos; desde ir votar e sem esquecer que quem tem o direito de votar também pode ter o dever de se candidatar. A Democracia precisa de boas lideranças e nem tudo podemos deixar para os outros.

A si que é apoiante e/ou membro da Amnistia Internacional Portugal, obrigado por esse gesto tão importante de cidadania ativa. Graças a si e consigo, trabalhamos todos os dias para um mundo onde todas as pessoas possam usufruir de direitos humanos em plenitude.

Obrigado por AGIR e, neste ato de ativismo, que fique mais informado/a, esclarecido/a e que saiba que o que vê nestas páginas são as vidas que mostramos ao mundo, aquelas por quem trabalharemos consigo pelos direitos humanos de todas as pessoas, para todas as pessoas e a que jamais podemos ficar indiferentes.

Porque é preciso AGIR.

1 Aprofundar com a leitura do clássico de Henry David Thoreau: “On the Duty of Civil Disobedience”.

entrevista

“Todas as gerações têm uma luta, esta é a nossa”

Matilde Alvim só chega à maioridade em novembro e tem sido a principal impulsionadora da Greve Estudantil Climática, onde também encontramos João Alves, de 21 anos, um dos cofundadores do projeto “2degrees activism”. Juntos, quiseram renovar o apelo de que é preciso salvar o planeta na Greve Climática Global, que decorreu em setembro. Em entrevista à AGIR, fazem questão de referir que são apenas dois de muitos jovens que não abdicam de lutar por um futuro melhor. Por todos. Para todos.

AGIR: Têm apelado à declaração da “emergência climática” e a uma maior ação política. Sentem que os movimentos de jovens que emergiram nos últimos tempos estão a ser acompanhados de respostas?

Matilde Alvim (M.A.): Ainda não vejo mudanças estruturais, mas há alguma agitação. Nas campanhas para as Eleições Europeias e, agora, para as Eleições Legislativas, tenho visto inúmeras referências às alterações climáticas por parte dos partidos. Perceberam que os eleitores estão preocupados com isso. Da parte do governo, gostaria de ver algo mais concreto. Por exemplo, nada foi alterado nos planos para as centrais termoelétricas. Quanto à reconversão dos seus trabalhadores, se o governo e as empresas responsáveis começassem,

agora, a dar-lhes um dia de formação, em dois ou três anos, poderiam estar aptos a desempenhar outras tarefas.

João Alves (J.A.): De facto, o clima passou a estar na agenda política dos partidos. Antes das recentes manifestações, isso não acontecia. Mas faltam soluções mais concretas e um compromisso imediato. Por exemplo, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 prevê 31 anos até chegarmos a uma meta. O ambiente tem de ser posto em primeiro lugar. É preciso um compromisso maior porque a nossa margem é cada vez menor.

AGIR: Os cidadãos têm interiorizado a importância deste tema?

J.A.: Já está mais na cabeça do cidadão do que antes. Aí, o governo e os partidos também têm a responsabilidade de

informarem as pessoas sobre a urgência deste tema. É preciso uma ação conjunta.

M.A.: Vejo uma consciencialização de massas. Quando comecei a envolver-me, senti que era parte de uma minoria. Mas a verdade é que, depois de estar nos movimentos, comecei a ver que existiam mais malucos como eu. A comunicação social também fala mais nisto. A maioria das pessoas até pode ter mais estudos e ser parte da população urbana. Mas há pessoas de aldeias e vilas, sítios rurais, que estão preocupadas. Lembro-me de um rapaz de Reguengos de Monsaraz. O pai era agricultor e ele estava preocupado porque, a cada ano, as coisas estavam piores. Há uma preocupação geral.

AGIR: Sentem que os pais e os professores estão a ter um papel importante na sensibilização dos jovens?

M.A.: O contexto ajuda sempre. O meu pai incentivou-me a ir a uma manifestação em Lisboa contra o furo de Aljezur [prospecção de petróleo]. Nas greves também se vê isso. Inicialmente, não tínhamos apoios, mas os movimentos *Parents For Future* e *Teachers For Future* têm feito um trabalho incrível. Na manifestação de maio, os *Parents For Future* conseguiram escrever às direções das escolas para contactarem as associações de pais de forma a aderirem à greve. Graças aos professores, muitos jovens têm ido às manifestações e isso deve ser fortalecido porque precisamos.

J.A.: Ao nível do ensino superior, posso dizer que a comunidade está bastante envolvida. Eu próprio juntei-me a este movimento foi porque houve uma palestra na minha faculdade sobre alterações climáticas. Há professores que vão às manifestações, outros deixam que se aborde o tema nas aulas com pessoas de fora a explicarem a necessidade de participarmos em movimentos. Ainda não estamos no ponto de mobilização que queremos, mas estamos no bom caminho.

AGIR: Acreditam que a juventude redescobriu as suas potencialidades com a questão da emergência climática?

M.A.: Acho que sim. Foi algo muito orgânico, espontâneo, surgiu do nada. Nem nós sabemos como conseguimos. Vi imensos relatos e várias pessoas vieram falar connosco a dizer que nunca tinham ido a uma manifestação. Isso para nós é incrível. É a juventude a descobrir algo que sempre foi nosso. Todas as gerações têm uma luta, esta é a nossa.

J.A.: A juventude sempre teve noção da força que tinha na sociedade, mas este tema foi o que consegui mobilizar mais gente. Consegue ser mais transversal. A luta ambiental é uma luta pelos direitos humanos, por melhores condições de vida. Afeta todos.

“A luta ambiental é uma luta pelos direitos humanos, por melhores condições de vida. Afeta todos.”

AGIR: Acreditam que uma grande parte dos estudantes que aderiram em massa às manifestações sabia realmente o que estava a fazer?

J.A.: Quem participou sentia que não estava a ser representado. Na primeira manifestação, em março, fomos cerca de dez mil e houve um sentimento de união. Todas aquelas pessoas que ali estavam não se sentiam ouvidas.

M.A.: O mais importante foi a mobilização de pessoas que nunca tinham participado em nada. Estavam preocupadas, mas não sabiam o que fazer. Agora, participam ativamente e chamam novas pessoas.

AGIR: Na Greve Climática Global, abriram o espectro de participantes, lançando o convite a sindicatos, universidades e autarquias. Porquê?

J.A.: Esta luta é transversal. O planeta é de todos e devemos garantir o nosso

futuro. Uma greve global tenta abranger todos os setores da sociedade. É o caminho que pretendemos fazer. No caso dos sindicatos, os trabalhadores são parte da solução. Ninguém pode ser deixado para trás na luta contra as alterações climáticas.

M.A.: Os sindicatos são essenciais porque, com a transição energética, os trabalhadores terão um papel e têm de dizer algo sobre isso. As mudanças não vão ser feitas de cima para baixo. Já falámos, por exemplo, com o SIEAP – Sindicato das Indústrias, Energia e Águas de Portugal. Não participaram na greve, mas, de qualquer forma, iniciámos uma conversação e há mais trabalho a fazer.

AGIR: No futuro, esperam a adesão de outros setores, nomeadamente aqueles que são considerados poluentes?

M.A.: É sempre mais complexo.

J.A.: As empresas percebem o que queremos porque, se continuarmos a este ritmo, a corda parte. Não será possível mover o dinheiro que moviam e empregar os trabalhadores que empregavam. É preciso abertura, quer das empresas, que têm poder de decisão, quer do governo.

AGIR: Como olham para o futuro da vossa geração com ou sem uma resposta à altura aos desafios que o planeta enfrenta?

M.A.: Eu vejo-me a lutar por isto, como outros. É difícil, mas quero acreditar que vai haver uma resposta à altura. Temos pouco tempo. Vejo crises políticas, de refugiados e, para pensarmos o futuro, só precisamos de ver o que se está a passar agora.

J.A.: Este verão foi atípico, a seca é uma realidade e oito dos dez anos mais quentes foram registados desde 2000. Sem uma resposta à altura, o futuro será mais complicado para toda a gente. Declarar emergência climática não tem caráter vinculativo, mas é um sinal de que a situação é grave. Tenho esperança, mas não me sinto confiante. Espero estar errado.



As quartas-feiras vestem-se de branco pela igualdade no Irão

Minoria ou maioria? É difícil de quantificar, mas o movimento *White Wednesdays* (“Quartas-feiras Brancas”) consegue unir mulheres, de todas as gerações, contra as leis degradantes que ditam o uso obrigatório do *hijab* no Irão. As autoridades e grupos pró-governo estão atentos, perseguindo quem toma uma posição.

Os dados mais recentes recolhidos pela Amnistia Internacional dão conta de detenções e ameaças às famílias das defensoras dos direitos humanos que aderem à iniciativa de usar, todas as quartas-feiras, um *hijab* ou véu de cor branca como forma de protesto. Depois, os serviços de informação e segurança iranianos produzem vídeos de propaganda com as “arrepentidas” a afirmar que foram incitadas por “agentes contrarrevolucionários” instalados fora do país.

Entre abril e julho deste ano, foram identificados,

pelo menos, seis casos que correspondem a este padrão. O diretor de Investigação e Advocacia para a região do Médio Oriente e Norte de África da Amnistia Internacional, Philip Luther, nota que as autoridades do Irão “estão a usar táticas cruéis para desacreditar as ativistas que fazem campanha contra o uso forçado do véu, dissuadir outras de se unirem ao movimento e incutir medo na sociedade”.

A grande impulsionadora das *White Wednesdays* é a jornalista Masih Alinejad, que reside, atualmente, nos Estados Unidos da América e é também responsável pela página *My Stealthy Freedom* no Facebook, onde as mulheres iranianas são encorajadas a partilhar fotografias de si mesmas sem o *hijab*. O risco é real porque, caso sejam identificadas e detidas, podem incorrer em penas de prisão, chicoteamentos ou multas.



© Jorn van Eck

Revolta com nome próprio

Saba Kordafshari tem 22 anos e foi detida a 1 de junho de 2019. De acordo com a mãe, a jovem esteve em regime de solitária durante 11 dias, na prisão de Vozara, em Teerão. Depois, foi transferida para Shahr-e Ray.

Durante o período em que não teve qualquer contacto com o exterior, recebeu constantes pedidos, sob a forma de coação, para denunciar a campanha *White Wednesdays*, através de uma gravação em vídeo. No dia 10 de julho, a mãe, Raheleh Ahmadi, acabou por ser detida.

Outro caso envolveu Yasaman Aryani, de 24 anos, detida pelas forças de segurança no dia 10 de abril. A mãe, Monireh Arabshahi, teve o mesmo destino, já que questionou as autoridades sobre o paradeiro da filha,

encarcerada em Vozara. A Amnistia Internacional sabe que Yasaman Aryani foi ameaçada com a detenção do irmão mais novo, caso não colaborasse com a gravação de um vídeo em que mostrasse arrependimento.

O drama de Yasaman Aryani e Monireh Arabshahi não ficou por aqui. No dia 18 de abril, foram retiradas de Vozara, colocadas numa carrinha e levadas para um local não identificado em Teerão, sem receberem qualquer explicação. Aí, foram confrontadas com uma equipa de filmagem que realizou um vídeo.

Em julho, a Amnistia Internacional tinha conhecimento de oito mulheres detidas ou presas por causa das *White Wednesdays*: Yasaman Aryani e a mãe, Monireh Arabshahi; Saba

Kordafshari e a mãe, Raheleh Ahmadi; Mojgan Keshavarz; Fereshteh Didani; e duas desconhecidas ainda por identificar. As acusações que recaem sobre elas passam por “incitar e facilitar a corrupção e a prostituição”, “disseminar propaganda contra o sistema” e “conspirar para cometer crimes contra a segurança nacional”.

Em março de 2019, também a mãe de Masih Alinejad, a fundadora das *White Wednesdays*, foi interrogada pelas autoridades iranianas. A Amnistia Internacional está preocupada com o facto de as declarações de Zarrin Badpa, proferidas sob coação durante duas horas, poderem ser usadas como propaganda contra o movimento iniciado pela filha.

Perseguição reforçada

A resposta das autoridades ao crescente número de pessoas que defende o direito de as mulheres escolherem usar ou não o *hijab* em público já foi reforçada. Em junho deste ano, a imprensa internacional dava conta da criação de um projeto-piloto com duas mil unidades da chamada “polícia moral”, na província de Gilan, localizada no norte do país. Cada uma é composta por seis mulheres que têm o poder de deter quem desrespeita as rigorosas leis. Tudo em nome da sobrevivência da revolução islâmica, afirmou o comandante da Guarda Revolucionária

de Gilan, Mohammad Abdulhappour, citado pelo jornal *The Telegraph*. O mesmo responsável defendeu que “os inimigos estão a investir fortemente em mudar as tradições” do Irão para que seja adotado um “estilo de vida ocidental”.

Outra decisão tomada recentemente levou a polícia iraniana a instalar câmaras nas autoestradas para conseguir captar imagens de mulheres que retiram o *hijab* assim que deixam os centros das principais cidades. A ideia é aumentar o controlo em áreas onde a vigilância é menos apertada.

Algumas das mulheres que têm sido visadas pelas autoridades iranianas, nos últimos anos, foram acompanhadas pela proeminente advogada de direitos humanos Nasrin Sotoudeh, que cumpre agora uma pena de 38 anos de prisão. Em tribunal foi acusada de “incitar a corrupção e a prostituição”, “cometer abertamente um ato pecaminoso [...], aparecendo em público sem *hijab*”, “dar entrevistas sobre a detenção de mulheres que protestavam” ou “colocar flores onde uma manifestante foi detida”. A sentença incluía ainda 148 chicotadas.



GPS

People's Summit on Climate, Rights and Human Survival

Nova era no ativismo

Mais de 200 representantes de grupos indígenas, laborais, acadêmicos e de defesa do ambiente e direitos humanos reuniram-se, em Nova Iorque, com um objetivo: adotar uma visão partilhada para fazer frente à crise climática.

Os últimos cinco anos foram os mais quentes de sempre, as emissões globais de dióxido de carbono começaram a subir em 2017, depois de três anos a baixar, e prevê-se que o consumo mundial de energia cresça 28 por cento, entre 2015 e 2040. A estes dados preocupantes, divulgados pelas Nações Unidas, juntam-se as imagens dantescas de glaciares a derreterem, incêndios florestais descontrolados e tempestades tropicais devastadoras.

Para muitos, a realidade ainda é vista na televisão ou nas redes sociais. Mas os problemas ou as consequências dos mesmos podem estar ao virar da esquina porque, em terra, há milhões de pessoas a passar fome devido a secas extremas. Sem alternativa, a migração pode ser a resposta. Nos oceanos, os ecossistemas que sustentam as cadeias alimentares humanas continuam a morrer, fruto da poluição e da atividade intensiva de exploração. Será que são precisos mais motivos para agir?

A pensar em tudo isto, a Amnistia Internacional liderou a organização da

People's Summit on Climate, Rights and Human Survival, a primeira cimeira mundial sobre direitos humanos e alterações climáticas, que teve lugar nos dias 18 e 19 de setembro, em Nova Iorque, na antecâmara da Cimeira do Clima das Nações Unidas de 23 de setembro. O momento serviu para responder à necessidade de uma nova era de ativismo climático, que busca soluções baseadas nos direitos humanos.

Em parceria com outras organizações, como o escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a Greenpeace Internacional, o *Center for International Environmental Law*, o *Wallace Global Fund* e o *Center for Human Rights and Global Justice* da Universidade de Nova Iorque, foi possível reforçar as bases do movimento mais diversificado de sempre para enfrentar a atual crise. Além disso, sublinhou-se a importância de existirem planos concretos e realistas para atingir as metas necessárias.

“As nossas organizações procuram um mundo onde as pessoas prosperem num

ambiente seguro e saudável, onde os direitos humanos precedem os lucros corporativos. Para que isso aconteça, precisamos de enfrentar a crise climática unidos, no movimento mais forte e diversificado jamais organizado. Só podemos fazer com que os líderes mundiais encarem essa emergência a sério se estivermos juntos”, indicava o manifesto da organização do evento.

A margem de erro é mínima porque o impacto das alterações climáticas coloca em questão os nossos direitos a saúde, alimentação, habitação e trabalho. Quem já se encontra em situação vulnerável fica ainda em maior risco.

Mesmo no melhor cenário, centenas de milhões de pessoas vão ter de enfrentar fome, migrações forçadas, doenças e morte. Em causa podem estar os últimos cinquenta anos de progresso no desenvolvimento e na redução da pobreza. É por isso que os governos e os principais agentes económicos devem estar juntos nessa missão pelo planeta, que representa a sobrevivência de todas as espécies.

Desde logo, é necessário dissociar a melhoria das condições de vida dos combustíveis fósseis. Mas o panorama

não é animador: cerca de 82 por cento da energia consumida nos países do G20 tem origem no carvão, petróleo e gás. Dados divulgados pela iniciativa global *Climate Transparency*, no final do ano passado, indicam ainda que a China – o maior poluidor do mundo – voltou a aumentar as emissões de carbono, após alguns anos de estabilização. A Indonésia, o Brasil e a Argentina prometeram reduzir a desflorestação, mas a taxa de destruição não mostra sinais de reversão. A recente situação na Amazónia, responsável por produzir 20 por cento do oxigénio do planeta e absorver milhões de toneladas de emissões de carbono todos os dias, é o reflexo do falhanço geral.

O relatório especial de 2018 do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas confirma que o limite do aquecimento global não pode ultrapassar os 1,5 graus Celsius face aos valores do período pré-industrial. Entretanto, os representantes de 190 países que participaram na cúpula climática COP24, em Katowice, na Polónia, aceitaram as regras para a implementação do Acordo de Paris, que determina essa meta.

Em Portugal, um dos documentos que está alinhado com estas diretivas também chegou no ano passado: o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

No papel, estão identificados os perigos e há medidas para mitigar as consequências. Só que o resultado final é sempre atirado para o amanhã, quando precisamos de mudanças.

EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



**SECA
PROLONGADA**



**TEMPESTADES TROPICAIS
MAIS FORTES**



**ONDAS DE CALOR
MAIS INTENSAS**



**RÁPIDA SUBIDA DO
NÍVEL DO MAR**



**INCÊNDIOS
FLORESTAIS MAIS
FREQUENTES**



**AUMENTO DA
ACIDIFICAÇÃO
OCEÂNICA**

COMO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS AFETAM OS DIREITOS HUMANOS?

DIREITO À VIDA



400 MIL
mortes prematuras



DIREITO À ALIMENTAÇÃO

20%
aumento da **fome e desnutrição** que
pode ocorrer até 2050

DIREITO À HABITAÇÃO



26,4 MILHÕES
de **deslocados internos** devido a
fenómenos meteorológicos desde
2008



DIREITO À ÁGUA E À SAÚDE

1 000 MILHÕES
de pessoas vão enfrentar **escassez
de água**



Boas notícias

© Amnesty International 2017

AZIZ CHEGA FINALMENTE A UM **PORTO SEGURO**

Em 2013, aos 19 anos de idade, Abdul Aziz Muhamat fugiu do Darfur, no Sudão. Tal como centenas de milhares de outras pessoas, quis deixar para trás o conflito armado que assola a região.

Depois de pagar a um traficante para chegar em segurança à Austrália, o sonho desmoronou-se quando foi interceptado e transferido para o centro de detenção da ilha de Manus, nesse país. Recusou-se a desistir, tornou-se num dos

mais conhecidos defensores de direitos humanos e um dos porta-vozes de quem ali vivia, denunciando as condições desumanas e a realidade cruel das políticas de migração na Austrália.

As boas notícias chegaram, recentemente, quando o seu pedido de asilo foi aprovado e recebeu a residência permanente na Suíça.

A sua assinatura pode salvar vidas

Todos os dias, em várias partes do mundo, há pessoas cujos direitos humanos são violados. Em cada edição, damos a conhecer os seus casos nos apelos mundiais. Pedimos que não fique indiferente. Assine e envie os postais. O resultado é o que pode constatar nestas páginas.

FIM DO PROJETO "DRAGONFLY"

Em julho, numa audiência do Congresso norte-americano, um executivo da Google confirmou que a empresa decidiu terminar o projeto "Dragonfly" – um programa secreto para desenvolver um motor de pesquisa que facilitaria a vigilância e censura da internet pelas autoridades chinesas. Uma vitória possível através do trabalho da Amnistia Internacional e da denúncia de centenas de trabalhadores da Google.



© christophemeireis.com



MUDANÇAS NA ARÁBIA SAUDITA

Em agosto, a Arábia Saudita anunciou reformas significativas na esfera dos direitos das mulheres, incluindo o direito a obter passaporte (o que permite que possam viajar, sem autorização de um "guardião" masculino) e a registrar casamentos, divórcios, nascimentos e óbitos ou pedir registros familiares. Estes avanços somam-se ao já reconhecido direito a conduzir. Apesar de serem vitórias inegáveis, permanecem ainda na prisão muitos/as defensores/as de direitos das mulheres. Continuamos a trabalhar pela sua libertação.

© Jon Cornejo

PROGRESSOS PELO IÊMEN

Um tribunal do Reino Unido declarou ilegal a decisão do governo do Reino Unido de continuar a emitir licenças de exportação de equipamento militar para a Arábia Saudita. Esta decisão surge como uma boa notícia, ainda que rara, para a população do Iêmen.

Desde 2015, a coligação liderada pelos sauditas tem morto milhares de civis, destruindo casas, escolas e hospitais de forma totalmente indiscriminada através de ataques aéreos.





© Amnesty International Turkey

↓ Kumi Naidoo em visita ao campo de deslocados internos Aain Aissa, na Síria, em Outubro de 2018.



© Amnesty International

Kumi Naidoo no Fórum da Coragem

Na contagem decrescente para a segunda edição do Fórum da Coragem, organizada entre 6 e 7 de dezembro, partilhámos uma grande notícia: a participação do secretário-geral da Amnistia Internacional. Kumi Naidoo vai ainda aproveitar a estadia em Portugal para visitar comunidades afetadas por desalojamentos forçados, organizações de apoio a migrantes e ativistas ambientais.

Lisboa volta a receber o Fórum da Coragem para dois dias de ativismo, debate e arte. À cabeça está Kumi Naidoo, que vai partilhar a experiência de décadas enquanto líder da sociedade civil. Antes de chegar à Amnistia Internacional, o responsável desempenhou as funções de diretor-executivo da Greenpeace Internacional, presidente da *Global Call for Climate Action*, presidente-fundador da *Global Call to Action against Poverty* e secretário-geral e presidente da direção da CIVICUS, a Aliança Mundial para a Participação de Cidadania. O sul-africano, nascido em 1965, tem ainda no currículo a liderança da organização pan-africana *Africans Rising*. Este grupo, que firmou parcerias entre sindicatos, grupos religiosos e

da sociedade civil, defende uma maior partilha de recursos no continente com base na justiça, paz e dignidade.

África é, precisamente, o grande tema da segunda edição do Fórum da Coragem, que se pretende estabelecer como o principal ponto de encontro da comunidade de defesa de direitos humanos, em Portugal. Além de Kumi Naidoo, o primeiro dia vai ficar marcado pela presença de responsáveis políticos, associações de apoio a migrantes e outros ativistas, como José Marcos Mavungu. O atual vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amnistia Internacional Portugal foi considerado prisioneiro de consciência pela organização, em 2015, depois de ter sido condenado por rebelião, em Angola. A sentença acabou revogada, mas ainda cumpriu 436 dias de pena numa prisão de Cabinda.

Para fechar o primeiro dia, a música ganha palco num concerto dedicado aos direitos humanos. O programa termina a 7 de dezembro com a Assembleia Geral da Amnistia Internacional Portugal, que servirá para apresentar e debater os planos da organização para 2020.

UMA SEMENTE QUE DÁ FRUTOS

A primeira edição do Fórum da Coragem, organizada em dezembro de 2018, centrou todas as atenções no acolhimento de requerentes de asilo e refugiados, já que se comemoravam os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para promover o debate e dar espaço aos principais interlocutores, estiveram reunidas entidades governamentais e organizações da sociedade civil que integram quem procura uma nova vida em Portugal.

Dos pedidos de asilo ao estatuto de refugiado, das formas alternativas de acolhimento até às bolsas de estudo e aos programas de apadrinhamento pelas comunidades, o evento procurou novas respostas, já que foram denunciados problemas. Entre estes estavam a necessidade de reforçar o ensino da língua portuguesa para facilitar o processo de integração e os atrasos no acesso a toda a documentação. Contudo, ficou uma certeza que deve ser sublinhada. Na hora de acolher, o povo português é um bom exemplo.

6 E 7 DE DEZEMBRO

FÓRUM DA CORAGEM

2019

ATIVISMO, DEBATE E ARTE PELA CORAGEM E
PELOS DIREITOS HUMANOS EM ÁFRICA

[AMNISTIA.PT/FORUMCORAGEM](https://amnistia.pt/forumcoragem)



Encontro de Jovens Ativistas

O nosso planeta, os nossos direitos

À vigésima edição, o Encontro de Jovens Ativistas da Amnistia Internacional aterriza em Santa Maria da Feira com a emergência climática na bagagem. “É uma ameaça concreta e presente aos direitos humanos de milhões de pessoas, seja por causa do aquecimento global e da subida do nível do mar, seja por consequências indiretas como secas, inundações, expropriações e guerras. As ações individuais são importantes, mas é necessário exigir ação política por parte dos governos. Em tudo isto, os jovens têm uma palavra a dizer”, explica o diretor de Juventude e Educação para os Direitos Humanos da Amnistia Internacional Portugal, Matia Losego.

O facto de a ativista Greta Thunberg e o movimento estudantil *Fridays For Future* terem sido designados Embaixadores de Consciência da Amnistia Internacional em 2019 reforçou ainda mais esta escolha, numa altura em que é necessário “reconhecer e celebrar o papel dos jovens em promover a transformação social global”. Mas Matia Losego confia que as questões climáticas são apenas um começo para as gerações mais novas continuarem a trilhar um caminho de ação por um mundo melhor.

Para levar adiante esta viagem, o Encontro de Jovens Ativistas da Amnistia Internacional – organizado sob o tema “O nosso planeta, os nossos direitos” – terá cerca de uma centena de participantes, distribuídos, pela primeira vez, em dois grupos. O primeiro, que se reúne entre os dias 25 e 27 de outubro, junta a faixa etária dos 19 aos 24 anos. O segundo, agendado de 1 a 3 de novembro, será composto por jovens dos 15 aos 18 anos. A divisão é justificada com “necessidades, possibilidades e formas de atuação diferentes dos dois grupos, no que diz respeito ao ativismo para os direitos humanos”. “É importante afirmar que, com esta escolha, não queremos manter uma divisão etária em todas as propostas que vamos dirigir aos jovens, pois a diversidade, também em relação à idade, potencia os impactos de ações educativas e de ativismo”, aponta Matia Losego.

O evento deste ano vai ainda servir para a definição da Estratégia de Juventude 2020-2025 da Amnistia Internacional Portugal, que será apresentada na Assembleia Geral de dezembro. O objetivo passa por “explorar as ligações entre o envolvimento juvenil e o ativismo, não esquecendo a dimensão digital e online, o papel da educação para os direitos

20 anos a promover a educação para os direitos humanos

Os números falam por si. Entre 2000 e 2018, o Encontro de Jovens Ativistas da Amnistia Internacional reuniu mais de 1500 participantes para refletir e promover os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O trabalho materializou-se ainda na criação de diversos grupos de estudantes da Amnistia Internacional, núcleos de direitos humanos, cartas e apelos enviados.

Durante a sétima edição, foi criada a ReAJ – Rede de Ação Jovem da Amnistia Internacional Portugal, que continua a mobilizar dezenas de jovens responsáveis por ações de rua, vigílias, recolha de assinaturas para petições, atividades de

sensibilização em escolas e angariação de fundos.

Diversas instituições, em particular as autarquias, têm contribuído para tornar a iniciativa mais relevante a nível local. Além disso, são um apoio fundamental em termos logísticos e financeiros.

A partir de 2016, o evento, que chegou a ter a designação de Campo de Trabalho e Encontro Nacional de Jovens, foi reformulado com os olhos postos na maior participação e liderança dos mais novos. Um pequeno grupo de ativistas com ligações prévias à Amnistia Internacional assumiu a dinamização das atividades.

Apesar de as temáticas dos direitos humanos dominarem o programa, há uma forte componente cultural composta, frequentemente, por projetos locais de intervenção e integração pela arte. A divulgação de outras culturas e tradições também tem sido regular, graças ao apoio e participação de grupos como os Batoto Yetu, uma associação sem fins lucrativos de danças tradicionais africanas criada para ajudar crianças e adolescentes desfavorecidos, os Vá de Caja, um projeto musical de uma escola na Trafaria que visa a prevenção de percursos desviantes nos jovens, ou os Ritmical da Rua, que integram pessoas sem-abrigo.

humanos e de que forma os jovens podem participar na governança da organização”. Outra intenção, indica Matia Losego, foca-se em novas formas de colaboração com entidades do setor da juventude.

Partilha acima de tudo

“Antes de mais, é importante afirmar que, como aconteceu nas últimas 19 edições, o Encontro de Jovens Ativistas da Amnistia Internacional será um espaço de partilha, aprendizagem e ativismo, onde cada jovem pode apresentar contributos, ideias e dúvidas. Juntos construímos um mundo onde os direitos humanos são usufruídos por toda a gente”, lembra o diretor de Juventude e Educação para os Direitos Humanos da Amnistia Internacional Portugal.

Este ano, a iniciativa conta com o apoio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Os custos ligados ao alojamento, à alimentação e aos materiais de formação são cobertos pela Amnistia Internacional, mediante o pagamento de 15€, no ato de inscrição. O transporte será da responsabilidade dos participantes, que podem esperar um programa repleto de dinâmicas de grupo, atividades educativas, arte e ações de rua.

NOTA DE AGENDA



ENCONTRO DE JOVENS ATIVISTAS **19-24 anos**

25 a 27 de outubro

ENCONTRO DE JOVENS ATIVISTAS **15-18 anos**

1 a 3 de novembro



Santa Maria da Feira



Inscrições até 16 de outubro



15€ (inclui alojamento, alimentação e materiais)



ARTE E DENÚNCIA

O Grupo 36 de Chaves da Amnistia Internacional levou a palco, em parceria com o Teatro Experimental Flaviense, uma peça de autoria própria que versava a temática dos direitos humanos e o ambiente, onde se pretendia, de uma forma descontraída, alertar para a questão da defesa do meio ambiente e da consciencialização necessária para a preservação do planeta em que vivemos.

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, o grupo, com a ideia e a autoria de Celso Barja, avançou com a criação do guião, que depois foi adaptado por Rui Pinto e levado a cena pelo Teatro Experimental Flaviense que foi, mais uma vez, colaborador e parceiro da Amnistia Internacional.

A peça “Ninfas – Uma história Eco-colorida” esteve três noites em exibição no Cineteatro Bento Rodrigues, em Chaves, com a sala praticamente cheia e, à posteriori, com espaço para interação entre público, atores e organização, num ambiente de partilha de pontos de vista enriquecedores.

Para Francisco Marques, coordenador do Grupo de Chaves, a justificação para a criação de uma peça com o raio de ação bem definido na área do ambiente foi natural: “Este é um tema importante e valioso dentro do grupo, e que tem histórico, como se pode comprovar com um dos casos que defendemos, o de Laísa Sampaio, e também depois pedindo assinaturas por Nonhle Mbuthuma”.

Balanço muito positivo

Para o responsável, o balanço foi “muito positivo” e explica porquê: “Tivemos nos três dias boas plateias, um público interessado. No fim de cada sessão, deixámos sempre algum tempo para que o público pudesse interagir connosco sobre o impacto que a peça teve, o que os levou a vir ao teatro, tendo-se gerado sempre diálogos importantes e frutíferos. Serviu também para dar a conhecer a nossa existência, os nossos objetivos e recolher assinaturas para petições em curso”.

Quem tem a mesma opinião sobre o sucesso da iniciativa é Rui Pinto, o responsável pelo Teatro Experimental Flaviense, que realça ainda o entendimento do público sobre o tema: “Pelo feedback recebido penso que a receptividade foi ótima. O público aplaudiu com entusiasmo um trabalho que pretendia passar uma mensagem útil para um mundo em transformação, uma mensagem atual e amplamente discutida, mas que ainda urge ir passando, pois não se pretende que seja nem histórica nem radical. Esse foi um dos objetivos desta peça e penso que o público percebeu o conteúdo e o

próprio processo de desenvolvimento do ritmo teatral”, esclarece.

A temática e a Amazónia

Apesar de ser um tema sempre atual, o risco de avançar para uma peça de teatro com um tema de direitos humanos e ambiente foi refletido, até porque o trabalho feito pelo Grupo de Chaves ao longo do ano, com inúmeras atividades em todos os setores, permitiu ter uma base de confiança para “construir” uma história sobre uma questão fraturante, mas que pouco vende.

“Penso que o teatro funciona como uma técnica privilegiada para passar mensagem, para comunicar e criar espaços de reflexão.”

Para Rui Pinto, uma das missões do teatro é essa mesma, ou seja, desafiar paradigmas e dogmas: “Qualquer tema pode ser pertinente e pode dar

resultados duradouros ao nível do conhecimento, num habitat teatral. Não é para ‘puxar a brasa a minha sardinha’, mas penso que o teatro funciona como uma técnica privilegiada para passar mensagem, para comunicar e criar espaços de reflexão”.

Ao longo da semana em que decorreu a peça, o Grupo de Chaves preparou uma exposição sobre a destruição da floresta da Amazónia, mostrando várias imagens, num espaço temporal bem definido. Se, em julho já era um tema atual, hoje, ainda o é mais.

Para Francisco Marques, a mensagem passou: “A nossa exposição, que estava no átrio à entrada do teatro, baseou-se num ‘antes e depois’, com fotografias da desflorestação e destruição de diversas zonas da floresta, podendo assim o visitante ver com mais propriedade o que a Amazónia era e no que se tornou hoje. A exposição teve impacto e criou consciência, que é o que achamos mais importante, pois só tendo consciência e verdadeiro conhecimento se pode agir em conformidade e foi o que quisemos e conseguimos – criar consciência do problema que temos em mãos”.



AGENDA PARA O ÚLTIMO TRIMESTRE

- **Sessões sobre Educação para os Direitos Humanos (EDH)** em várias escolas do concelho de Chaves
- **Road Show “5 Noites, 5 bares”** em vários bares da cidade de apresentação das atividades do grupo
- **Tempo de antena na Chaves FM, quinzenalmente**, com 15 minutos para falarmos sobre as atividades e o trabalho da Amnistia Internacional em defesa dos direitos humanos
- **Feira dos Santos** recolha de assinaturas e divulgação
- **Sessão sobre bullying na Biblioteca Municipal**, com convidados de várias áreas para debate do problema e interação com alunos (com um “jogo” sobre essa problemática)
- **Semana dos Direitos Humanos:** ciclo de cinema em colaboração com uma escola que levará os alunos a assistir a filmes e sessões de EDH

Because we are human

Porque somos humanos

O mundo que queremos e em que acreditamos sofre cada vez mais ataques diários, violentos e constantes. Por todo o globo, existem gritos de sofrimento, contra a censura, a discriminação e contra a destruição sistemática do nosso planeta. Em simultâneo, os gritos de revolta também se fazem ouvir, com a consciência do nosso poder colectivo para alcançar a mudança. Sejam nas greves estudantis pelo clima, sejam nos protestos pró-democracia de Hong Kong ou ainda nas manifestações de solidariedade pelo desastre ocorrido na floresta Amazônica, hoje, mais do que nunca, é importante lembrar aquilo que nos une, aquilo que nos faz sentir a injustiça face ao outro como uma afronta a nós próprios. É importante lembrarmos que somos todos humanos, que todos, independentemente do local do nosso nascimento, orientação sexual ou religião (entre outros) devemos ter os mesmos direitos, as mesmas oportunidades para, de forma completa e inequívoca, podermos dizer que somos humanos.

No passado mês de agosto (2, 3 e 4) ocorreu, em Joanesburgo, a Assembleia Global (Global Assembly) da Amnistia Internacional. A organização viveu no último ano um período de grande reflexão e mudança, os desafios são grandes, mas a vontade una de mudar é igualmente ampla. Num momento tão importante de definição do nosso rumo futuro era fundamental, para a direção, sentir-se legitimada para defender os contributos da nossa secção. Tendo isto em vista, no passado dia 13 de julho, realizou-se uma sessão aberta aos membros para que em conjunto se refletisse sobre as diferentes moções a serem discutidas e votadas. Tratou-se



de um momento importante de partilha, evidenciando a projeção internacional da secção.

A Assembleia Global de 2019 levou a discussão três tipos de moções (contributos feitos por secções nacionais e pela direção internacional), de governança, organizacionais e políticas. Foi um momento de adaptação aos desafios de hoje como revela a aprovação da moção organizacional que prevê uma estratégia interna de mitigação das alterações climáticas porque, se exigimos mudança, temos que ser os primeiros a mostrar essa mudança.

Sendo a segunda Assembleia Global do movimento foi sentida a necessidade de agilizar o processo de decisão internacional, através da moção de governança que prevê um novo modelo de decisão não substantiva a regulamentos internacionais e a termos de referência, revelando a responsabilidade de uma organização que se quer mais célere e prática na tomada de decisão e ação em

direitos humanos. Ainda em termos de posicionamento político, o movimento decidiu favoravelmente à criação de uma política sobre ocupação militar e a uma nova visão mais abrangente para a migração.

O mundo em que vivemos, com as ameaças múltiplas e constantes aos direitos humanos, o discurso de ódio e a discriminação exigem um discurso de esperança, um discurso que anule a negatividade, que empodere os oprimidos e que crie o desejo de mudança para que ela aconteça. A Amnistia Internacional pode e deve ter um papel fundamental nos dias de hoje para definir a agenda mediática, identificar as ameaças e perpetradores para que a justiça seja feita e a injustiça combatida. As decisões tomadas nesta Assembleia Global contribuem para um movimento consciente dos seus desafios, responsável em relação aos seus deveres, e focado no que é mais importante: os direitos humanos que são de todos porque somos humanos.

Quais os seus desejos para o futuro?



FILIPA MOURÃO
f.mourao@amnistia.pt

Quando nos perguntam o que mais queremos na vida, muitas coisas nos passam pela cabeça: ter saúde, ser feliz e o bem-estar da nossa família.

Independentemente da região do mundo onde estamos, as respostas a esta pergunta são sempre as mesmas. Todos nós somos seres humanos que desejam sentir-se bem, confortáveis, felizes e rodeados de quem mais gostamos. É por isso que a Amnistia Internacional trabalha todos os dias por um mundo em que todas as pessoas possam usufruir dos seus direitos em pleno, sem restrições para serem quem são, para amarem quem amam, para trabalharem naquilo que as apaixonam e para viverem dignamente e em paz.

Ao deixar um donativo à Amnistia Internacional na sua herança está a dizer que o seu maior desejo para

o futuro é a garantia dos direitos humanos e que o seu legado para o mundo é a liberdade e a justiça.

Incluir a Amnistia Internacional no seu testamento é um gesto muito especial e significativo, porque vai permitir a milhares de pessoas continuarem a concretizar os seus sonhos.

Se tem alguma questão e deseja saber mais informações sobre como incluir a Amnistia Internacional no seu testamento, por favor, contacte-me para o e-mail f.mourao@amnistia.pt ou pelo telefone 21 386 16 52. Pode também pedir para receber o nosso folheto informativo na sua morada.



NO NATAL OFEREÇA UM MUNDO MELHOR



Visite loja.amnistia.pt
ou venha à nossa sede, em Lisboa.

Compre os seus presentes nesta que é a sua causa.